

*Ata da 50ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 26 de outubro de 2016.*

Presidência da Senhora Deputada Fabíola Mansur, ad hoc. À hora marcada, a Sra. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão em **celebração ao Outubro Rosa 2016**, proposta em conjunto pela Comissão dos Direitos da Mulher, presidida pela Deputada Fabíola Mansur e pela Comissão de Saúde e Saneamento, presidida pelo Deputado Alex da Piatã. A Mesa dos trabalhos foi composta pelos Srs: Deputada Neusa Cadore; Deputada Ângela Sousa; Deputada Maria del Carmen; Deputada Ivana Bastos; Deputada Fátima Nunes; André Ribeiro Porciúncula, Defensor Público Federal; Maria Alcina Romero, Diretora da Atenção Especializada, representando o Secretário de Saúde do Estado Fábio Vilas Boas; Thiago Turbay, Assessor de Relações Governamentais da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama); Humberto Luciano do Rosário, Superintendente da Liga Baiana Contra o Câncer de Mama; Romilda Medrado, Diretora-Presidente do Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (Naspec); Vanessa Dybal Bertoni, médica oncologista da clínica Amo; Andréa Marques, Presidente da Comissão da Mulher da OAB, representando o Presidente da OAB-Bahia Luiz Viana Queiroz; Valquíria Ferreira Martins, ex-paciente de câncer de mama; Madalena Noronha, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; e Olívia Santana, Secretária de Políticas para as Mulheres. A Sra. Presidente, após a execução do Hino Nacional pela banda feminina Didá, discorreu sobre o Outubro Rosa, afirmando que a luta por políticas públicas para a saúde das mulheres não se dá apenas neste mês, mas faz-se presente todos os dias, ressaltando a importância do Poder Legislativo para consecução destes objetivos. Justificou a ausência do Deputado Alex da Piatã, um dos proponentes da Sessão, e registrou que diversas atividades de prevenção ao câncer de mama foram desenvolvidas, neste mês, pela Sesab em conjunto com a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disse que esta Sessão visa ouvir as sugestões e críticas para que a cada ano a luta contra o câncer de mama seja mais efetiva e finalizou se posicionando contra a PEC 241/2016. A Sra. Vanessa Dybal Bertoni informou que o Outubro Rosa é o mês de mobilização mundial no combate ao câncer de mama e que o câncer é uma epidemia cujo aumento no número de casos deve-se a fatores diversos. Ressaltou que o câncer de mama é o de maior prevalência no Brasil e que os casos continuam crescendo por diagnóstico tardio e por falta de acesso ao tratamento adequado. Em seguida, apresentou *slides* contendo dados acerca do câncer de mama no Brasil e no mundo. Ressaltou a importância dos medicamentos para o tratamento da doença, demonstrando a necessidade do SUS incorporar alguns medicamentos que auxiliarão na cura ou aumento da

sobrevida dos pacientes. A Deputada Neusa Cadore ressaltou a importância do Outubro Rosa, ao trazer a esta Casa Legislativa o debate sobre o câncer de mama. Registrou que a maioria das mortes ocorridas neste ano por câncer de mama foram devidas a dificuldade de acesso ao exame preventivo, que encontra reforço na questão cultural machista existente no Estado. Finalizou, parabenizando a Sesab e a Secretaria de Políticas para as Mulheres pelas ações preventivas realizadas pelo interior. A Presidente registrou a presença do Deputado Bira Côroa, único homem a compor a Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres, e de outras autoridades presentes. O Sr. Thiago Turbay, discorrendo sobre os números do câncer na Bahia e a necessidade de se ter um sistema de controle destes números, defendeu a criação de uma agenda parlamentar de combate ao câncer, sugerindo a inclusão do câncer na Lista Estadual de Registros Compulsórios. Posicionou-se contra a PEC 241/2016 e contra a Portaria do Ministério da Saúde de 22/09/2016 que restringe os medicamentos a serem utilizados àqueles aprovados previamente pelo Sus, acabando com a Lista Excepcional Estadual, sugerindo, assim, a formulação de um Projeto de Decreto Legislativo para sustar os efeitos desta Portaria. A Deputada Ângela Sousa ressaltou a importância da Sessão para o combate ao câncer de mama, afirmando que os parlamentares devem estar atentos aos pontos abordados para poderem contribuir na luta e conclamou a todos os presentes a serem multiplicadores dos conhecimentos e informações debatidos. A Sra. Romilda Medrado lamentou os poucos avanços obtidos desde o último Outubro Rosa. Disse que teve câncer há 40 anos e fundou uma instituição para tratamento de pessoas carentes com câncer. Criticou o fato dos pacientes carentes não terem acesso a medicamentos que poderiam aumentar a expectativa de vida deles, pois o Governo não os fornece. Afirmou haver vagas para realização de exames em hospitais, mas que a falta de regulação prejudica os pacientes, havendo locais onde o número de pacientes supera o número de exames diários oferecidos. Finalizou, questionando quanto vale a vida da pessoa com câncer e que esta questão seja o ponto central nos próximos eventos. A Sra. Valquíria Ferreira disse ter sido diagnosticada com câncer aos 49 anos e que recebeu tratamento em tempo hábil por sempre fazer os exames preventivos, fazendo a primeira cirurgia passado apenas um mês do diagnóstico, seguido com tratamento radioterápico. Afirmou que o plano de saúde se negou a fazer a reconstrução mamária das duas mamas, sem observar a questão psicológica dela. Ressaltou a diferença entre quem tem acesso ao tratamento adequado e aqueles que não tem, fazendo um apelo aos parlamentares para atuarem na criação de políticas públicas que promovam a qualidade de vida dos pacientes com câncer. A Deputada Fátima Nunes discorreu sobre a dificuldade da doença e que algumas vezes se dirige cedo para a fila do Hospital Aristides Maltez para dar um auxílio às pacientes. Criticou o atual Governo pela redução dos recursos para a área social e para a saúde e finalizou, ressaltando a importância da alimentação na prevenção do câncer. O Sr. Humberto Luciano discorreu sobre a realidade enfrentada pelo Hospital Aristides Maltez (HAM) no tratamento dos pacientes com câncer. Informou que o HAM faz parte da Associação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Combate ao

Câncer, com representação no Conselho Consultivo do Instituto Nacional do Câncer, onde atua pela incorporação de novos medicamentos e tratamentos contra o câncer. Defendeu a existência de hospitais atuando nas macrorregiões da Bahia, facilitando o diagnóstico e tratamento dos pacientes que atualmente precisam se deslocar à capital em busca de tratamento. Revelou dados do TCU que apontam que no Brasil inteiro, assim como na Bahia, o número de mamógrafos é suficiente para rastreamento e diagnóstico do câncer de mama, mas que não sabe o porquê das quantidades de exames disponíveis não serem totalmente utilizados. Discorreu sobre a parceria entre o HAM e a Avon, na qual um mamógrafo móvel foi montado, percorrendo diversas cidades baianas, sem, no entanto, alcançar o número máximo de exames disponíveis. Citou que o mesmo ocorre com o Programa Amigo do Peito e questionou as razões que levam os números de exames disponibilizados nunca serem totalmente utilizados. A Sra. Maria Alcina discorreu sobre o mapeamento de mamografia na rede de atenção ao câncer na Bahia, afirmando que o Estado reconhece a necessidade de políticas públicas bem planejadas para o diagnóstico precoce e o tratamento em tempo oportuno. Informou que a Bahia tem uma capacidade instalada de mamógrafos apta a atender todo o Estado, contudo, os números de exames ofertados à população não são utilizados plenamente. Discorreu sobre a inviabilidade dos custos para que pequenos municípios tenham mamógrafos em operação, defendendo a escala de atendimento, através da mamografia móvel como a melhor estratégia para ampliar a área de cobertura na Bahia. Abordou a questão das dificuldades encontradas pela mulher para fazer o exame, considerando a questão cultural como um dos principais fatores. O Sr. André Ribeiro disse que a Defensoria Pública da União (DPU) entra em ação quando os direitos individuais e coletivos não são concretizados pelo Executivo e o Judiciário precisa ser acionado para garantir estes direitos. Registrou que a DPU ingressou com uma ação coletiva buscando compelir a União, a Bahia e Salvador a fornecerem o medicamento *Trastuzumab*. Disse que o medicamento passou a integrar a lista do Sus, com algumas restrições que foram derrubadas em 2015 pelo Juízo da Vara Federal da Bahia, porém, a decisão judicial não está sendo obedecida, o que está gerando processos individuais e bloqueio de verbas públicas por parte da DPU para tutelar os direitos dos solicitantes. Por fim, informou que a DPU atua buscando a solução extrajudicial das demandas e solicitou um posicionamento da representante da Sesab quanto ao cumprimento da sentença judicial. A Sra. Andréa Marques questionou o porquê da mulher não estar fazendo a mamografia, atribuindo o fato às dificuldades enfrentadas, principalmente no interior do Estado, destacando a questão cultural. Registrou que a OAB está aberta para receber a sociedade e debater soluções práticas para os problemas, também expressou pesar em ter menos vereadoras eleitas no último pleito. A Sra. Olívia Santana expôs dados da Agência Internacional de Pesquisa para o Câncer que afirmam que até 2030 há perspectiva de crescimento de 75% de casos de câncer no mundo. Ressaltou a importância do debate acerca dos medicamentos mais modernos e caros não se dar apenas entre população, Poder Público e instituições privadas, havendo a necessidade ampliá-lo para que a indústria farmacêutica

possa contribuir na solução dos problemas, abordando, inclusive, a questão das patentes de alguns medicamentos. Criticou o posicionamento adotado pela Organização Mundial do Comércio, mais favorável às indústrias que aos pacientes. Posicionou-se contra a PEC 241/2016 e discorreu sobre a dificuldade de acesso a exames médicos e mamografias na Bahia, defendendo também a mamografia móvel como forma de ampliar a cobertura dos serviços. A Presidente franqueou a palavra para que os participantes da sessão discorressem sobre o tema ou dirigissem perguntas aos integrantes da Mesa. Após a execução do Hino da Bahia, a Sra. Presidente, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -